



Manifesto “Água é um direito e não um negócio” Fórum contra a exploração da água

Nos dias 19 e 20 de outubro de 2018, representantes de movimentos sociais, organizações não-governamentais, sindicatos e instituições de base religiosa, assim como diversos indivíduos estiveram em Berna e discutiram intensivamente sobre a exploração da água, aqui definida como a sua apropriação e controle por meio de atores poderosos. Com convidados internacionais, compartilhamos conhecimentos e experiências sobre mecanismos de exploração, bem como sobre os movimentos de resistência.

Convencidos de que a luta pela defesa da água como direito humano é comum a todos e que nos apoiamos mutuamente, estabeleceu-se durante o fórum um espaço comum de solidariedade.

Os cinco aspectos da exploração da água

“Eu fui despejado violentamente por causa da instalação de uma mina. Para onde eu fui removido nem sempre tem água limpa. A cada duas semanas, recebemos água potável e muitos de nós temos que comprar água todos os dias.”

(Samuel Arregoces, vítima da mina de carvão de El Cerrejón, na Colômbia)

Os seguintes aspectos que envolvem a exploração da água foram intensamente destacados e discutidos no fórum, em painéis de discussão, *workshops* e em um World Café:

- A **mineração de matérias-primas** em grande escala, como a mina de carvão El Cerrejón (Colômbia), tem um grande impacto no equilíbrio hídrico. A população perdeu o acesso livre a rios, córregos e poços. O suprimento de água é extremamente precário e as comunidades reassentadas dependem de tanques de água das minas de carvão. Afluentes do rio Ranchería foram desviados, secos ou poluídos com metais pesados. Problemas de saúde e desnutrição, especialmente em crianças, incluindo casos fatais, são as consequências desse tipo de exploração.
- A indústria agrária, o **agronegócio**, consome muita água e deixa a população sem acesso. Soma-se a isso o uso de pesticidas e herbicidas. Essas substâncias tóxicas produzidas por diversas empresas, entre elas suíça Syngenta, chegam às águas subterrâneas, córregos e rios. Para a população local, que precisa de água para se alimentar e para sua higiene, essa contaminação causa sérios problemas de saúde. Famílias de pequenos agricultores e pescadores estão perdendo seus meios de subsistência, a pobreza e a emigração são consequências diretas.
- As **barragens** são elogiadas como produtoras de energia limpa. Milhares de megabarragens estão sendo planejadas ou em construção em todo o mundo. Outras milhares de pessoas são expulsas pelas inundações, áreas ecologicamente e culturalmente valiosas são destruídas de forma definitiva. Enquanto isso, a população ribeirinha sofre com a escassez de água, perde seus meios de subsistência e os peixes desaparecem.
- Embora a escassez de água esteja se tornando cada vez mais presente em muitos lugares, corporações privadas estão retirando água subterrânea para vendê-la em **garrafas** e obter lucro, como a multinacional suíça de alimentos, Nestlé. Em São Lourenço, no Brasil, por exemplo, duas fontes importantes de água mineral estão secando. Em Vittel, na França, a população precisa de água de caminhões-tanque no verão, enquanto a Nestlé continua a bombear mesmo com a redução do nível do lençol freático.
- A **privatização do abastecimento e serviços de água** também significa garantir que as empresas assumam o controle e obtenham lucro vendendo água. Como foi claramente demonstrado no fórum, as privatizações levam a uma deterioração e ao aumento de custos.

Antecedentes e consequências da exploração da água

Em todo o mundo, **corporações transnacionais** obtêm direitos de privatização, concessão e comercialização, obtendo um controle cada vez maior sobre a água – da fonte às torneiras. Essas corporações protegem os interesses do agronegócio, da indústria de energia e mineração, com **foco nos lucros**. As empresas podem contar com o apoio de governos e organizações internacionais, seja por meio de uma rede de livre comércio e de **acordos de proteção dos investimentos** a fim de atender aos seus interesses, beneficiando-se **impunemente** da conivência de instituições corruptas e também violando o direito humano à água.

Isto acarreta um aumento de conflitos pela água particularmente nos países do sul global, que são tratados como nos tempos coloniais, como fornecedores de matérias-primas. No processo de transformação é utilizada uma enorme quantidade de “água virtual” e na cálculo da pegada hídrica dos países do norte, esse consumo não é contabilizado. Em países do hemisfério sul, grandes projetos de mineração, agro e hidro negócios e represas inundam áreas inteiras, destroem nascentes de rios e reduzem os fluxos da água. Populações locais deixam de ter acesso em razão de contaminações. As implicações para os ecossistemas e para as pessoas são devastadoras: são vítimas de deslocamento forçado, perda de meios de subsistência, problemas de saúde, emigração, etc. A privatização do abastecimento e do engarrafamento das águas subterrâneas restringem, de forma grave, o acesso da população à água potável.

A falta de água e o aquecimento global estão intimamente ligados. Em muitos países, os desertos estão se expandindo e mais comumente em regiões onde a água é desviada do seu ciclo natural e utilizada para exportação. Ao mesmo tempo, a mineração, o agronegócio e as represas estão contribuindo para as mudanças climáticas, reduzindo ou inundando florestas.

As vítimas são principalmente grupos sociais e economicamente desfavorecidos na América Latina e na África, especialmente as mulheres, comunidades indígenas, imigrantes e refugiados, pequenas trabalhadoras e trabalhadores do campo, bem como os residentes das periferias urbanas.

A concentração dos recursos hídricos nas mãos de grandes corporações com interesses de lucro, além de prejudicar populações locais, fere o Direito Humano à Água e Saneamento. Em muitos lugares no sul global mas também nos EUA, Canadá e Europa, a resistência à exploração da água está crescendo.

As pessoas do sul global, que se manifestaram contra projetos de mineração e barragens para defender suas terras contra o avanço do agronegócio ou denunciaram conspirações de corporações, estão expostas à criminalização, violência e até mesmo assassinato. Esses ativistas precisam desesperadamente de solidariedade internacional e de apoio.

Luta pela defesa da água – abordagens e reivindicações

Nós, que participamos do Fórum Contra a Exploração da Água, nos solidarizamos com as lutas dos movimentos sociais em todo o mundo na defesa pela água. Rejeitamos a sua mercantilização, comercialização e controle por empresas privadas. Uma vez que é um direito humano, pertence ao público em geral e deve ser administrada democraticamente.

Apoiamos processos nos quais as pessoas e comunidades reassumam o controle e o gerenciamento da água, de forma a garantir que os interesses de lucros privados não estejam em primeiro plano.

Estamos extremamente preocupados com o aumento do autoritarismo, das correntes fascistas e da exclusão social em todo o mundo. Nós rejeitamos veementemente este crescimento que representa um ataque aos direitos humanos e a grupos da população, incluindo o direito humano à água.

O modelo de crescimento econômico é incompatível com o direito à água para todas e todos e ainda aprofunda sua crise. Em seu lugar, deve surgir um modelo de desenvolvimento alternativo, participativo e democrático, que supere a distribuição desigual entre o norte e o sul. Ao mesmo tempo, as necessidades da população e não as das corporações, devem ser centrais.

As populações, incluindo as comunidades indígenas e rurais em particular, devem ser ouvidas e sua decisão deve ser plenamente respeitada, em casos de projetos de mineração, represas, desvios de hidrovia e a expansão do agronegócio.

Acordos comerciais devem estar sujeitos ao controle democrático. As empresas não têm mais o direito de processar os países, mas devem ser criados mecanismos, tanto no nível internacional quanto local, para que as populações afetadas possam responsabilizar as empresas por violações de seus direitos. Saudamos os esforços da campanha Stop Corporate Impunity e da Treaty Alliance por um tratado dentro da ONU, bem como pela iniciativa de Responsabilidade Corporativa na Suíça.

Corporações e os Estados devem ser responsabilizados por danos e prejuízos que barragens, mineração e agronegócio causam. Estes incluem, em particular, o deslocamento, a perda de meios de subsistência, o patrimônio cultural e a biodiversidade. As partes afetadas devem ser reconhecidas como tal e reparações devem ser feitas.

Criminalização e violência contra ativistas ambientais devem parar. A Suíça deve se posicionar pelo fim deste tipo de violência e pela punição de responsáveis. Na melhor das hipóteses, sanções políticas e econômicas devem ser tomadas contra os países envolvidos.

Em vez do agronegócio, deve-se promover a agricultura agroecológica de pequena escala, que se preocupa com o meio ambiente e a água, pois é com ela que se assegura a nutrição da maioria da população mundial.

A água não deve ser usada como uma arma política, mas é um meio para a paz.

As seguintes demandas foram coletadas no fórum Fórum Contra a Exploração da Água com a participação dos diversos atores envolvidos, que exemplificam parte do grande problema.

Reinvidicações para a Suíça e suas instituições

Exigimos que a Suíça se posicione pela implementação de um tratado da ONU eficaz e vinculativo para corporações transnacionais.

A cooperação entre a Agência Suíça de Cooperação Internacional e o *Water Resources Group* atua de forma de defender o interesse de empresas no que se refere à água. Portanto, exigimos que essa cooperação seja encerrada.

Exigimos que a Suíça apoie cada vez mais parcerias público-público, para que as autoridades locais no sul global possam estabelecer um sistema eficiente de abastecimento de água que atenda a toda a população.

Exigimos que a Suíça apoie ativamente os esforços para a remunicipalização e a troca de conhecimentos sobre o fornecimento público de água. Acordos internacionais de comércio, excluindo explicitamente a remunicipalização como o TISA, devem ser combatidos.

Nós exigimos a proibição de longo alcance de pesticidas, na Suíça. Os pesticidas proibidos na Suíça (por exemplo, os produzidos Syngenta) não podem mais ser exportados.

Exigimos que a Suíça tome medidas para reduzir significativamente sua pegada hídrica.

Nós exigimos de instituições públicas que elas garantam o livre acesso à água da torneira em estações e locais públicos.

Exigimos que as escolas públicas tratem de forma crítica o assunto da água, seu uso comercial e suas consequências na sala de aula, na vida escolar cotidiana.

Nós exigimos de instituições públicas e associações, bem como restaurantes e cafés, que priorizem o fornecimento de água de torneira e que cobre pelo serviço.

Reivindicações para empresas com sedes na Suíça

Exigimos que as empresas baseadas na Suíça respeitem o direito humano à água em todo o mundo.

Exigimos que bancos, fundos de pensão e companhias de resseguros se retirem de projetos de agroindústria, mineração e barragens, que tenham efeitos prejudiciais.

Exigimos que as comunidades afetadas tenham acesso direto à coleta de dados sobre a qualidade da água, do ar e da terra em torno de minas de propriedade parcial ou integral de empresas suíças.

Solicitamos que as comunidades afetadas pela mina El Cerrejón, na Colômbia, tenham a elegibilidade para negociar por seus direitos.

Reivindicação para o governo colombiano

Nós demandamos que as comunidades do sul de La Guajira tenham livre e direto acesso a água potável.

Reivindicação para o a população suíça

Nós convocamos a população suíça para fazer valer seu direito de participação política e que se posicionem pela água como um bem público não somente na Suíça, mas como internacionalmente.

